

**CONGRESSO INTERNACIONAL DE
DIREITO DO VETOR NORTE**

ESTADO, INTEGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

A532

Anais do Congresso Internacional de Direito do Vetor Norte [Recurso eletrônico on-line]
organização Faculdade de Minas – Belo Horizonte;

Coordenadores: Fabrício Veiga da Costa, Rayssa Rodrigues Meneghetti e Raphael
Moreira Maia – Belo Horizonte: FAMINAS, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-136-4

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Estado e Sociedade no mundo pós pandemia.

1. Vetor Norte. 2. Resumos Expandidos. 3. Direitos Humanos. 4. Tecnologia. 5.
Autonomia Privada. 6. Direito do Trabalho. 7. Direito Penal. I. Congresso Internacional de
Direito do Vetor Norte (1:2020 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34



CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO DO VETOR NORTE

ESTADO, INTEGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Apresentação

ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO DO VETOR NORTE – 2020

Os estudos sobre Estado, Integração, Direitos Humanos, Trabalho, Autonomia Privada, Tecnologia e Pena foram objetos centrais nas salas de apresentações e debates, no Congresso Internacional de Direito do Vetor Norte, nos dias 21 e 22 de Outubro de 2020.

O tradicional Congresso de Direito do Vetor Norte, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, teve a sua primeira edição internacional e integralmente virtual. A equipe de organização se empenhou para realizar um evento ainda melhor do que nos anos anteriores, em que pese a delicada situação globalmente enfrentada, em decorrência da Pandemia de COVID 19.

A coragem em se realizar o Congresso de Direito do Vetor Norte em 2020, ainda que virtualmente, demonstra o compromisso com a pesquisa jurídica, de modo a cumprir seu papel de encontrar soluções para superação desse momento de crise, bem como e, principalmente, construir pontes que viabilizem a retomada da vida social, buscando consolidar uma sociedade democrática e plural.

Como frutos dos esforços dos organizadores do evento e dos diversos pesquisadores que submeteram suas pesquisas, o Congresso Internacional de Direito do Vetor Norte apresenta as publicações dos quatro Grupos de Trabalho, a seguir descritos.

O sucesso do GT1 – Estado, Integração e Direitos Humanos, foi tamanho que precisou ser subdividido em três salas virtuais, sendo coordenadas respectivamente pelos professores Sérgio Luiz Milagre Júnior, Tania Alves Martins e Mayra Thais Andrade Ribeiro; Raquel Santana Rabelo Ornelas, Williander Salomão e Vinícius Biagioni Rezende; Rosemary Cipriano da Silva, Isabel Prates de Oliveira Campos e Josiene Souza. Os temas perpassaram pelos direitos das crianças, igualdade de gênero, violência contra mulheres, proteção dos direitos fundamentais, liberdade de expressão, impactos da pandemia da COVID 19, entre tantos outros. Cabe frisar que os trabalhos apresentados no GT1 são extremamente relevantes para a pesquisa em Direito no país, demonstrando notável rigor metodológico e técnico, além de originalidade.

O GT 2 – Direito, Estado e Trabalho, coordenado pelos professores Jonas Thadeu de Almeida Sousa, Bruno Burgarelli Albergaria Kneipp e Pedro Henrique Carvalho Silva, discutiu, entre outras coisas, os direitos trabalhistas constitucionalmente previstos, o fenômeno da uberização, as implicações da pandemia no direito do trabalho e a reparação histórica da desigualdade social na seara trabalhista, sendo que, todos os resumos expandidos do referido GT foram desenvolvidos em uma perspectiva contemporânea e necessária para a mudança de paradigmas.

O GT 3 – Direito, Autonomia Privada e Tecnologia, coordenado pelos professores Julieth Laís do Carmo Matosinhos Resende, Bruno Paiva Bernardes e Cintia Moreira Gonçalves, foi marcado por temas como a necessidade de alfabetização digital, os impactos da revolução da internet, a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira, os abusos algorítmicos, audiências por videoconferência, herança digital, privacidade no âmbito tecnológico e contratos de direito privado na lei da pandemia brasileira. O GT demonstra, claramente, os novos desafios na temática para o século XXI, incentivando a racionalidade crítica, a fim de se encontrarem soluções.

Por fim, o GT 4 – Direito, Estado e Pena, coordenado pelos professores Renata Esteves Furbino, Cristian Kiefer da Silva e André de Abreu Costa, ressaltou a importância de melhorias no sistema penitenciário e a função de ressocialização da pena, bem como tratou sobre as prisões na pandemia, o direito penal do inimigo, a influência da mídia no tribunal do Júri, a investigação defensiva e diversos temas atuais e importantes para o cenário jurídico e social brasileiro.

Observa-se, pelo alto nível dos trabalhos apresentados, que a pesquisa jurídica está se amoldando às novas necessidades, nascidas do cenário de enfrentamento à COVID 19 e que a presente publicação coletiva traz uma visão enriquecedora para o Direito. Assim, fica o convite para uma prazerosa e indispensável leitura dos resumos expandidos apresentados de forma comprometida pelos pesquisadores, fomentando o pensamento crítico para viabilizar a concretização de preceitos e garantias do Estado Democrático de Direito.

Rayssa Rodrigues Meneghetti

Raphael Moreira Maia

Fabício Veiga Costa

O NOVO NORMAL EM TEMPOS DE COVID-19: CRÔNICAS DE UM COLAPSO POLÍTICO-ECONÔMICO ANUNCIADO

THE NEW NORMAL IN COVID-19: CHRONICLES OF AN ANNOUNCED POLITICAL-ECONOMIC COLLAPSE

**Ana Amélia Ituassu Guimarães
Romison Eduardo Paulista**

Resumo

Este trabalho busca identificar e discutir aspectos polêmicos do processo político durante o período de enfrentamento do Covid-19. O trabalho centra-se, principalmente, na avaliação ética das condutas do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, frente a um conjunto de fatos (políticos, jurídicos e científicos) amplamente veiculados pela imprensa e como o comportamento (político-administrativo) do chefe do executivo, em muitos deles, mostrou-se incompatível com seu lugar institucional. Advoga-se que, essa conduta representa um reflexo de significativas mudanças nos paradigmas político-democráticos que vem ocorrendo em escala mundial, influenciado, sobretudo, pelas novas mídias e tecnologias de informação.

Palavras-chave: Política, Discurso, Democracia, Covid-19

Abstract/Resumen/Résumé

This paper seeks to identify and discuss controversial aspects of the political process during the confrontation period of Covid-19. The work focuses mainly on the ethical assessment of the conduct of the current president, Jair Messias Bolsonaro, against a set of facts (political, legal and scientific). Widely conveyed by the press and how the (political-administrative) behavior of the head of the executive, in many of them, proved incompatible with their institutional place. It is argued that this conduct represents a reflection of significant changes in the political-democratic paradigms that have been occurring worldwide.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Politics, Speech, Democracy, Covid-19

Introdução:

Uma das dificuldades encontrada nos estudos relacionados a fatos sociais e a linguagem, não é apenas a seleção e a pertinência dos objetos analisados, senão, também, o de desenvolver instrumentos e procedimentos capazes de descrever, analisar e explicar, satisfatoriamente, as implicações sociais dos/nos eventos abordados, exigindo, assim, descrições, análises e explicações que relacionam tanto os aspectos factuais e técnicos quanto a dimensão ética das ações políticas. Grosso modo, corremos dois riscos: i) assumir um “posicionamento político-ideológico” na discussão e/ou ii) abordar de maneira superficial as questões. Parece-nos que diante do cenário de crise sanitária e democrática pelo qual a humanidade atravessa, esses dois pontos estarão presentes em muitos dos debates realizados, principalmente, no contexto político-social brasileiro de enfrentamento do Covid-19.

Assim, no percurso proposto, apresentaremos uma breve discussão sobre a responsabilidade político-administrativa e as tendências do discurso de (extrema) direita; a questão do uso tecnológico na promoção de *fake news* como ferramenta desses grupos; e, por fim, desenvolvemos comentários explorando os aspectos polêmicos que envolvem a atitude política, administrativa e (anti)científica do atual presidente brasileiro, Jair Messias Bolsonaro. Contudo, os casos a serem apresentados aqui não pretendem esgotar o amplo debate sobre a função e/ou repercussão das ações político-administrativas do mandatário e seu viés ideológico, ainda mais, diante do volume de declarações e episódios polêmicos que o circundam.

Por fim, destacamos a necessidade de refletir em torno da crise sanitária como elemento que acentua, em certa medida, na conduta do presidente, uma crise democrática ou institucional em marcha. Os fatos controversos pelo qual o Brasil atravessa na atualidade ensejam a discussão sobre as prerrogativas e limites institucionais e as estratégias de construção (desconstrução) de narrativas. Nesse ínterim, há quase que um colapso das instituições, de modo que, constantemente, acusam-se mutuamente de subverterem protocolos e atuarem politicamente ou personalisticamente.

Isto porque, as ações e intervenções das instâncias executivas, legislativas e judiciárias e sua repercussão pela opinião pública são relevantes para compreender como o período pandêmico representou não apenas um risco de colapso para saúde pública como também um indício de colapso para a democracia brasileira.

Destacamos três momentos: i) as declarações sobre a covid-19; ii) a participação e apoio às manifestações antidemocráticas; e iii) a investigação sobre as *fake news* proposta pelo STF e a polêmica envolvendo Fabrício Queiroz.

2. A Covid-19 e a Democracia Brasileira: cenário de preservação ou mudanças institucionais

A covid-19 representa, em todos os sentidos, um grande divisor de águas. A sociedade não será mais a mesma. Conseqüentemente, isso reflete nas atuações das instituições e na própria concepção democrática (já influenciada pela internet). O que se observa é que as práticas sociais e institucionais vêm sendo repensadas pelo prisma da tecnologia. Alterando-se do analógico para o digital de forma ainda mais acelerada o que vinha sendo discutido e implementado de forma tímida. Outro aspecto significativo é que esse período de experiência de obrigatório isolamento demonstrou a importância e função dos setores político-administrativos do Estado e de uma organização dos poderes a partir da Constituição. A necessidade da harmonização e coordenação das instituições e dos poderes em funcionamento para que deem diretrizes e medidas de atuação eficazes a fim de mitigar os efeitos lesivos de uma pandemia.

Um cenário agudo, como o de uma crise sanitária, evidenciou a necessidade da celeridade e implementação de políticas mais extremas. Mas também contribuiu para refletir e debater sobre aspectos e impactos democráticos, o papel da opinião pública, a importância da divulgação científica e dos protocolos de segurança implementados, a flagrante desigualdade e precarização socioeconômica entre outros pontos (EMPOLI, 2018; HARARI, 2015).

Todas essas situações de impacto sanitário e político-administrativo na vida das pessoas e das instituições demonstraram a exigência de que os poderes públicos atuassem de forma mais efetiva, técnica, coordenada e rápida; seja na proposição de alterações institucionais seja na promoção de medidas de combate ao vírus e assistência à população e aos setores produtivos. Contudo, esse período também foi marcado por polêmicas envolvendo o mais alto cargo público, a presidência da República. Em síntese, ele foi responsável por episódios que evidenciaram a relação instável e aparentemente frágil do Estado democrático brasileiro – à medida que ele, na enfática defesa de suas convicções ideológicas, dirige-se e interpela importantes

setores da sociedade situando-os em pólos antagônicos (CHARAUDEAU, 2011; PAULISTA; MARI, no prelo).

Conseqüentemente, episódios que o colocam em incompatibilidade com as orientações e determinações jurídicas, a fim de sabotar as orientações e determinações científicas e de saúde. Nessa medida, as ações do executivo acentuam a crise política, a crise econômica e a crise sanitária no Brasil. Afinal, a informação, em tempos de internet, atinge milhares de (e)leitores/espectadores, e as mensagens se cristalizam no imaginário de muitos como verdades e/ou “inverdades”, cabendo aqui destacar como esse ator político tem se mostrado hábil na condução e desvios de narrativas, principalmente nos meios digitais. Faz-se necessário destacar as fortes denúncias de que seu grupo alcançaria esse destaque por meio de um exército digital disseminadores de “fake news” e linchamentos virtuais. O que, como dito anteriormente, vem sendo matéria de investigação por parte das autoridades.

Portanto, em que medida, esse tipo de comportamento do chefe do executivo não estaria aliado a uma agenda radical que coloca em risco a democracia? Ao ocupar de modo paradoxal, junto à opinião pública, esse protagonismo dubio: amparando-se na condescendência e radicalismo de seus apoiadores e/ou na relação acusatória e combativa com a qual estabelece com a imprensa, de modo a quase sempre estar em evidência.

3. Como as democracias chegam ao fim e os engenheiros do Caos: construção e desvio de narrativas.

Em virtude da contextualização anterior, este trabalho parte da discussão de pelo menos dois aspectos, a saber: i) haveria em curso um processo de golpe e/ou risco democrático? Se sim, quais as estratégias são implementadas que contribuem para isso?

Para um aprofundamento dessas questões sobre a crise e os riscos democráticos apresentamos pelo menos duas hipóteses que respondem a isso: i) o papel do capital e ii) o papel da tecnologia. E é sobre isso que discutiremos a seguir a partir de Ruciman (2018) e Empoli (2018).

Em linhas gerais a obra de Ruciman (2018), “Como as Democracias chegam ao fim”, é dividida em três pilares: o golpe, a catástrofe e a revolução tecnológica. Sob uma perspectiva histórica o autor traça um paralelo entre os golpes na década de 30, quando usualmente era estabelecido com apoio militar, em que insurgia a figura de

um ditador, exercendo o poder de forma totalitária. Nessa dinâmica, a concretização do golpe impunha ou anunciava a prisão e/ou morte do chefe de governo, o presidente, além de suspensão do Senado e imposição do governo.

Para o pesquisador, essa ainda é a representação, em senso comum, que ainda se espera de um golpe militar. Contudo, diante da evolução sócio-política e tecnológica, a de se considerar uma nova configuração para o golpe, destacando o aspecto econômico como principal motivação, tendo como principal estratégia a retirada de capital por parte de quem domina a economia global. Como usualmente se escuta: “a mão do Mercado”. Essas forças econômicas não possuem nome, nem face, uma força quase enigmática de difícil clareza em sua identificação, porém com interesses muito similares: o lucro. Nesse sentido, não é necessário o uso de força bélica, basta a transferência e/ou concentração de riquezas e recursos de um país para outro.

Observa-se pelo encaminhamento dado pelo autor, que nesse aspecto, que este movimento de capitais (fictício) que parece mover o mundo globalizado. O desequilíbrio de interesses do mercado de capitais, que é dinâmico e cruel não se importaria com outros aspectos que não o lucro, a despeito da ordem democrática. Ou seja, o governo democraticamente eleito torna-se refém dessas forças de difícil enfrentamento.

Como observamos nesse momento, cenários catastróficos evidenciam essa fragilidade democrática. Momentos em que o estaria em jogo é a sobrevivência, tende-se a relegar a segundo plano as primazias de ordem democrática. Como se uma coisa não estivesse atrelada a outra. Consideremos a questão ambiental, também apontada pelo autor, é um tema que assombra a democracia e a dinâmica de atual de mercado. O autor chama atenção para a pouca participação da sociedade no debate dessas questões. Os governantes, geralmente, adotam políticas que dificultam o conhecimento e/ou até mesmo assumem certo negacionismo das proposições de especialistas que indicam como política uma postura de defesa e preservação do meio ambiente. Setores específicos que se dedicam a isso, assumem um status de oposição. Difícilmente, busca-se o resgate da participação de especialistas e/ou da sociedade em uma relação colaborativa de medidas a fim de mitigar esse descaso e/ou tragédia anunciada. Ao desconsiderar essas evidências em prol de lucro imediato, coloca-se em risco a existência da própria raça humana.

Isso porque, para Ruciman (2018), a afirmação do poder político no século XXI é orientado pelo poder corporativo, sem uma clareza das responsabilidades entre ambos. É um emaranhado de responsabilidades, um efeito dominó, onde todos e tudo interferem no debate, contudo com certo destaque e/ou influência do mercado. Se antes a mão invisível do mercado operava em petrodólares e grandes redes bancárias, na atualidade, estamos refém da tecnologia, de um mercado das redes de influência digital, aparentemente de entretenimento, mas que na verdade moldam ou deformam comportamentos e consumo. Paradoxalmente as redes não ampliaram a participação democrática, pois não tem como objetivo final uma formação ética ou cidadã. Pelo contrário, estimula-se o consumo de produtos e ideias sem uma reflexão crítica, assim, com pouco poder de transformação da sociedade. Dominar as redes é dominar o mercado. Nesses últimos tempos, o elemento tecnológico passa a ser estratégico para a instabilidade do fenômeno democrático. A atividade de persuasão e convencimento do discurso político passa a se valer de técnicas pouco éticas a fim de conquistar e gerir o poder - destaca-se nesse contexto as chamadas *fake news*.

O que se tem observado e discutido atualmente é o uso das máquinas para disseminação do ódio nas redes. Uma milícia digital que vem minando a possibilidade do diálogo por meio de atitudes hostis e agressivas que dificultam o amplo debate de ideias. Isto não é exclusividade de um grupo político-ideológico, apesar, de alguns deles receberem mais destaque que outros. O golpe contra a democracia reside também nessa falsa participação popular. O uso de robôs polariza o campo democrático em “nós” contra “eles”.

Em relação ao destaque exercido pelas novas tecnologias, Empoli (2018) traz importantes reflexões, sobretudo, sobre as *fake news*, as teorias da conspiração e os algoritmos e como esses usos vem sendo exercidos de forma deletéria. Essa experiência em “bolhas” pode ser explicada pelo big data, algoritmos que produzem um certo perfil de interesses dos usuários. Para o pesquisador, esta é a panóptica atual. Todos os movimentos de pesquisa, de busca, são armazenados na nuvem. Contudo, podem ser vendidos ou disponibilizados quando conveniente. Dessa forma, um sentido diferente para escolhas, pois existe uma falsa sensação de liberdade de seleção de informações por parte dos usuários. Esse processo de influência no comportamento das pessoas vem sendo amplamente utilizado também no âmbito político. Na política, os analistas de sistema traçam perfis de acordo com os posicionamentos políticos, sociais e psicológicos dos navegantes e a partir desse

cruzamento de informações, traçam uma dedução bastante aproximada da conduta, do pensamento, da forma como interagem e a influência de opiniões, forjando uma falsa autonomia de escolhas e opções.

É, pois, nesse cenário tecnológico que vigoram as chamadas *fake news*. Os analistas captam as intenções e tendências políticas (ou preferências), entre esquerda e direita. A partir dessa análise, disparam-se informações tendenciosas, que vão interagindo com o consciente e/ou subconsciente dos usuários, conduzindo para uma afirmação do que em algum momento foi manifestado. Ou seja, um risco eminente para democracia é a estratégia da desinformação.

A partir de um viés historiográfico, o autor (2018) contextualiza esse fenômeno até culminar em exemplos recentes de líderes como Viktor Orban, presidente da Hungria, Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, Boris Johnson, primeiro ministro da Inglaterra e Jair Messias Bolsonaro, presidente do Brasil.

Entre as estratégias ambiciosas e pouco éticas, ressalta-se o caráter globalista e populista de instaurar uma distopia. Governos assim se valem das redes para acentuar as instabilidades ideológicas e suscitar um verdadeiro caos de informações. Ao elevar figuras quase caricatas a posto de chefes de Estado, em uma trama de acusações, teorias da conspiração, *fake news* e disseminação de ódio, a visibilidade proporcionada pelas telas e os mecanismos algoritmos tornam-se um problema democrático fundamental.

Enfim, entre os muitos aspectos significativos destacados por Empoli, é importante sua reflexão sobre a toxicidade do ambiente digital aliada ao direcionamento preciso das ferramentas de dados que proporciona aos agentes políticos e do mercado um certo controle sobre a opinião e tomadas de decisão nunca antes alcançada.

Considerações finais: Covid-19 e o senhor do Caos

Se o discurso não é meramente uma representação simbólica do mundo, nem uma atividade puramente individual, mas uma atividade que enseja certas ações e efeitos pretendidos sobre o mundo e especialmente sobre os outros, então, quais limites éticos para essas manifestações do presidente Jair Bolsonaro, sobretudo, no domínio protocolarmente considerado político-democrático?

Os interlocutores operam tanto por uma lógica simbólica quanto pela pragmática, isto porque, o discurso empregado não é uma manifestação transparente ao mundo, ele apresenta sua própria opacidade por meio da qual são construídas certas visões e com determinadas intenções. Em decorrência de sua natureza pública, as decisões e declarações das instâncias políticas têm relevante impacto na sociedade (CHARAUDEAU, 2011; MARI, 2008).

Nessa direção, podemos elencar os fatos que justificam a responsabilização ética e administrativa do presidente para o cenário derrotista e de riscos democráticos que se manifestam em 2020. Entre os fatos que se postulam estão: investigações envolvendo as bases de apoio ao governo e a campanha (inquérito das fake News); as investigações envolvendo Fabrício Queiroz; o posicionamento negacionista e negligente em relação à pandemia e ao meio ambiente; entre outros casos envolvendo declarações polêmicas. Todavia, no limite deste trabalho, teceremos alguns comentários referentes ao tema da pandemia e a atuação do presidente.

REFERENCIAS:

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2011.

EMPOLI, Guiliano da. **Os Engenheiros do Caos**. ed. São Paulo: Vestígio, 2018.

MARI, Hugo. Um novo estatuto para o discurso político. In: GOMES, M.C.A.; MELO, M. S. de S.; CATALDI, C. **Práticas Discursivas: construindo identidades na diversidade**. Editora da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2009, p.89-102.

MARI, Hugo; PAULISTA, Romison. **Factum e Fictum em tempos de Covid-19**. (no prelo)

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens, Uma breve historia da humanidade**. Rio Grande do Sul: Editora Saraiva, 2015.

RODRIGUES, Léo Peixoto. A controvérsia científica em torno da cloroquina e hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19: a importância dos estudos sociais da ciência na sociedade complexa. **Simbiótica**, Edição Especial, vol.7, n.1, jun., 2020

RUNCIMAN, David. **Como a Democracia chega ao fim**. ed.Todavia, São Paulo , 2018.

The Washington Post - **Leaders risk lives by minimizing the coronavirus.**

Bolsonaro is the worst. (Os líderes arriscam vidas minimizando o coronavírus.

Bolsonaro é o pior.) Disponível em:

<https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/jair-bolsonaro-risks-lives-by-minimizing-the-coronavirus-pandemic/2020/04/13/6356a9be-7da6-11ea-9040-68981f488eed_story.html> acesso em: 15/05/2020